

**III CONGRESSO INTERNACIONAL  
DE DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS,  
TECNOLOGIA E INTERNET**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MEIO AMBIENTE E A  
AGENDA 2030 NA ERA TECNOLOGIA**

---

A238

Administração pública, meio ambiente e a agenda 2030 na era da tecnologia e Formas de solução de conflitos e direito preventivo [Recurso eletrônico on-line] organização III Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet: Faculdade de Direito de Franca – Franca;

Coordenadores: José Sergio Saraiva, Jorge Aníbal Aranda Ortega e Carlos Eduardo Barbosa Teixeira – Franca: Faculdade de Direito de Franca, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-368-8

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Governança, regulação e o futuro da inteligência artificial.

1. Direito. 2. Políticas Públicas. 3. Tecnologia. 4. Internet. I. III Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet (1:2025 : Franca, SP).

CDU: 34

---

# **III CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS, TECNOLOGIA E INTERNET**

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MEIO AMBIENTE E A AGENDA 2030 NA ERA TECNOLOGIA**

---

### **Apresentação**

Entre os dias 30 de setembro e 3 de outubro de 2025, a Faculdade de Direito de Franca recebeu o III Congresso Internacional de Direito, Políticas Públicas, Tecnologia e Internet. O evento reuniu acadêmicos, profissionais, pesquisadores e estudantes, promovendo o debate interdisciplinar sobre o impacto das inovações tecnológicas no campo jurídico e nas políticas públicas. A programação envolveu Grupos de Trabalho (GTs) organizados para aprofundar temas específicos, abordando desde o acesso à justiça até as complexidades da regulação tecnológica, com ênfase na adaptação do sistema jurídico aos avanços da inteligência artificial e da automação.

Os GTs 7 e 8 dialogam entre si ao propor reflexões sobre sustentabilidade, inovação e resolução de conflitos. As pesquisas tratam da Agenda 2030, da governança ambiental, da tecnologia aplicada à gestão pública e das formas digitais de mediação e prevenção de litígios. O grupo reforça a importância da administração pública ética e colaborativa na construção de um futuro sustentável e socialmente equilibrado.

**A LEI 11.196/05 E A COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA: A INOVAÇÃO ABERTA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ECONÔMICO**

**LAW NO. 11.196/05 AND UNIVERSITY-INDUSTRY COOPERATION: OPEN INNOVATION AS A DRIVER OF TECHNOLOGICAL AND ECONOMIC DEVELOPMENT**

**Pedro Nimer Neto  
Eduardo Caetano de Carvalho  
Leonardo Feliciano Caldeira Ribeiro**

**Resumo**

Este trabalho analisa a Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), avaliando sua eficácia na promoção da cooperação entre universidades e empresas por meio da inovação aberta. Utilizando abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos, investiga os incentivos fiscais à pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I). Apesar de estimular investimentos privados, a efetividade da lei é limitada por burocracia, desigualdades institucionais e barreiras enfrentadas por pequenas e médias empresas. O estudo propõe aprimoramentos regulatórios e institucionais para ampliar o alcance dos benefícios e fortalecer o ecossistema brasileiro de inovação, impulsionando o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

**Palavras-chave:** Inovação, Tecnologia, Universidade, Empresa

**Abstract/Resumen/Résumé**

This study critically examines Law No. 11,196/2005 (“Lei do Bem”), assessing its effectiveness in fostering cooperation between universities and companies through open innovation. Adopting a qualitative approach — including literature review, documentary analysis, and case studies — it investigates tax incentives for research, development, and innovation (R&D&I). Although the law has stimulated private investment, its effectiveness remains constrained by bureaucratic hurdles, institutional asymmetries, and barriers faced by small and medium-sized enterprises. The study proposes regulatory and institutional improvements aimed at expanding access to the law’s benefits and strengthening Brazil’s national innovation ecosystem, thereby enhancing technological advancement and economic development.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Innovation, Technology, University, Industry

# 1 INTRODUÇÃO

A inovação tecnológica constitui um elemento fundamental para a consolidação de economias baseadas no conhecimento, desempenhando um papel estratégico no crescimento econômico sustentável e na competitividade global. No Brasil, a interação entre universidades e empresas tem sido impulsionada por instrumentos normativos específicos, dentre os quais se destaca a Lei 11.196/05, conhecida como Lei do Bem. Essa legislação visa fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (P,D&I) no setor privado por meio de incentivos fiscais, criando um ambiente propício à colaboração interinstitucional e promovendo a inovação aberta como mecanismo de acesso ao conhecimento científico avançado.

A relevância da cooperação entre academia e indústria tem sido amplamente evidenciada na literatura científica e em políticas públicas de inovação. A crescente complexidade dos desafios tecnológicos e a necessidade de acelerar processos inovativos impõem novos paradigmas de desenvolvimento, nos quais a colaboração entre atores distintos se torna essencial para a geração de externalidades positivas e o fortalecimento da economia baseada no conhecimento.

A sinergia entre instituições acadêmicas e empresas é responsável pela criação de ecossistemas inovadores, permitindo uma difusão mais ampla da ciência aplicada, otimizando investimentos em pesquisa e consolidando um ambiente propício à geração de novas tecnologias. Nesse contexto, este estudo analisa a Lei 11.196/05 sob uma perspectiva crítica, discutindo sua eficácia na promoção da cooperação universidade-empresa e seus impactos sobre a inovação tecnológica no Brasil.

O presente, portanto, estudo visa realizar uma análise aprofundada da Lei 11.196/05, com ênfase na sua influência sobre a cooperação entre universidades e empresas e na sua eficácia como instrumento de incentivo à inovação aberta e ao desenvolvimento tecnológico nacional. Para tanto, pretende-se examinar criticamente os benefícios e desafios associados à Lei do Bem no contexto das políticas públicas de inovação; avaliar empiricamente o impacto da legislação na consolidação de parcerias estratégicas entre academia e setor produtivo; identificar entraves burocráticos, estruturais e interpretativos que comprometem a efetividade da lei; propor recomendações para o aprimoramento do marco regulatório e dos mecanismos de incentivo à inovação no Brasil.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão sistemática de literatura, análise documental e estudo de casos emblemáticos de cooperação

universidade-empresa no Brasil. O levantamento bibliográfico engloba artigos acadêmicos, relatórios institucionais e normativos jurídicos pertinentes às políticas de inovação e aos incentivos fiscais. A análise documental compreende a investigação aprofundada dos dispositivos normativos da Lei 11.196/05 e sua aplicação prática por atores do ecossistema de inovação.

Além disso, serão examinadas experiências bem-sucedidas e desafios enfrentados na implementação da inovação aberta, incluindo comparações entre o contexto brasileiro e modelos internacionais. O estudo visa proporcionar uma visão crítica e fundamentada da interação entre o arcabouço normativo e os agentes do sistema nacional de inovação, avaliando a efetividade da Lei do Bem como catalisador de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Nesse cenário, a Teoria da Tríplice Hélice apresenta-se como um referencial analítico essencial para compreender a dinâmica entre universidade, empresa e governo no contexto da Lei do Bem. A abordagem possibilita uma leitura integrada da inovação como resultado de interações sistêmicas entre os três pilares, cada qual desempenhando funções complementares no fortalecimento do ecossistema nacional de inovação. Assim, o presente trabalho dedica um tópico específico à análise da Lei 11.196/05 sob a ótica da Tríplice Hélice, destacando como a articulação desses atores pode potencializar os efeitos dos incentivos fiscais e promover um modelo colaborativo de desenvolvimento tecnológico e econômico.

## **2 A INOVAÇÃO ABERTA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ECONÔMICO**

A promulgação da Lei 11.196/05 representou um marco relevante no ordenamento jurídico brasileiro voltado à inovação, consolidando um conjunto de incentivos fiscais voltados ao estímulo da P,D&I no setor produtivo. Entre os principais dispositivos da legislação, destacam-se a possibilidade de dedução de despesas com pesquisa e inovação no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a depreciação acelerada de bens empregados em atividades inovativas e a desoneração de encargos trabalhistas para profissionais envolvidos diretamente em projetos de inovação. A legislação também prevê benefícios complementares, como isenção de impostos sobre importação de equipamentos destinados à pesquisa e flexibilização de normas para empresas que estabelecem parcerias com universidades e institutos de ciência e tecnologia.

A implementação desses incentivos contribuiu para o aumento do volume de investimentos privados em P,D&I e para a ampliação da interação entre empresas e instituições acadêmicas. Contudo, o alcance da legislação enfrenta desafios substanciais. A ausência de padronização na interpretação dos incentivos fiscais por parte da Receita Federal e a elevada burocracia na comprovação dos investimentos dificultam a adesão de empresas ao programa.

Pequenas e médias empresas (PMEs), que representam parcela expressiva do tecido produtivo brasileiro, encontram barreiras para acessar os benefícios devido à falta de conhecimento técnico ou ausência de profissionais capacitados para gerenciar os trâmites administrativos. Ainda, a efetividade da Lei do Bem na indução de inovação tecnológica no Brasil permanece um tema controverso, pois sua aplicabilidade depende de fatores estruturais como a maturidade dos ecossistemas regionais de inovação e a capacidade de absorção tecnológica por parte das empresas beneficiárias.

O paradigma da inovação aberta, formulado por Henry Chesbrough, reformula os processos tradicionais de inovação ao enfatizar a interconectividade e o fluxo bidirecional de conhecimento entre organizações públicas e privadas. Nesse contexto, a cooperação universidade-empresa assume um papel central na criação de tecnologias emergentes e soluções disruptivas, favorecendo a competitividade industrial e promovendo a criação de valor em mercados dinâmicos.

No Brasil, a colaboração entre academia e setor produtivo tem se fortalecido como alternativa para mitigar barreiras à inovação. Diversos instrumentos institucionais têm sido adotados para viabilizar essa interação, incluindo convênios para desenvolvimento de pesquisas aplicadas, criação de laboratórios compartilhados e programas de transferência tecnológica. Além disso, Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e parques tecnológicos desempenham papel crucial na mediação entre os setores acadêmico e industrial.

Contudo, estudos indicam que os efeitos da política da lei variam significativamente entre indústrias de alta, média e baixa tecnologia. Setores como o farmacêutico, de biotecnologia e de tecnologia da informação tendem a se beneficiar mais do que aqueles de menor intensidade tecnológica, que frequentemente possuem menor capacidade de absorção e internalização da inovação. Essa assimetria pode ser atribuída à complexidade regulatória, à necessidade de investimentos elevados e à falta de infraestrutura adequada para P,D&I.

A questão da gestão dos direitos de propriedade intelectual (DPI) também é um fator crítico. Há dificuldades na definição de regras claras sobre o compartilhamento de patentes e royalties, o que pode desestimular a colaboração entre universidades e empresas. Além disso, o tempo necessário para a negociação de contratos e a obtenção de pareceres jurídicos

frequentemente não se alinha com o ritmo de inovação das empresas, criando um descompasso temporal que reduz a efetividade dessas parcerias.

A verdade é que persistem desafios estruturais e institucionais que dificultam a consolidação desse modelo colaborativo. Entre os principais obstáculos, destacam-se a assimetria de expectativas e temporalidades entre universidades e empresas, dificuldades na gestão e proteção da propriedade intelectual e a carência de mecanismos financeiros adequados para fomentar projetos conjuntos.

Ainda, a insuficiência de indicadores padronizados de avaliação e acompanhamento dos projetos de P,D&I dificulta a mensuração do impacto real dos incentivos fiscais. A adoção de métricas como número de patentes registradas, artigos publicados em periódicos internacionais e grau de internacionalização das empresas poderia fornecer uma visão mais clara sobre o retorno dos investimentos.

Outro ponto relevante refere-se ao alinhamento das políticas de inovação com as agendas de desenvolvimento sustentável. A Lei do Bem, ao incentivar projetos voltados ao avanço tecnológico, pode e deve integrar critérios sociais e ambientais, promovendo inovações que contribuam para a redução de desigualdades regionais e para a transição energética.

Observa-se também a necessidade de revisão periódica dos parâmetros de incentivo, de modo a acompanhar as rápidas transformações tecnológicas, como inteligência artificial, internet das coisas e biotecnologia avançada. A incorporação de dispositivos que possibilitem a atualização automática dos percentuais de dedução, em consonância com indicadores macroeconômicos e de mercado, pode tornar o instrumento mais dinâmico e eficaz.

Por fim, indica-se o fortalecimento de programas de capacitação técnica para gestores de inovação, especialmente em PMEs, e a criação de plataformas digitais que centralizem informações sobre editais, selos de qualidade e orientações para a elaboração de projetos. Essas medidas podem contribuir para a democratização do acesso aos benefícios da Lei 11.196/05 e para a consolidação de um ecossistema de inovação mais inclusivo e sustentável no Brasil.

### **3 A TRÍPLICE HÉLICE COMO BASE PARA A EFETIVIDADE DA LEI DO BEM**

A Teoria da Tríplice Hélice, formulada por Etzkowitz e Leydesdorff, propõe uma nova lógica para o desenvolvimento socioeconômico baseada na interação sinérgica entre universidade, empresa e governo. No contexto brasileiro, essa abordagem ganha especial



relevância ao se analisar a aplicação da Lei 11.196/05 (Lei do Bem), que busca justamente promover essa articulação por meio de incentivos fiscais à inovação. A legislação estabelece mecanismos que favorecem a cooperação universidade-empresa, mas sua efetividade plena depende de uma atuação coordenada e estratégica dos três pilares da hélice. Nesse sentido, o governo desempenha o papel de indutor e regulador do ecossistema inovador, enquanto universidades e empresas compartilham conhecimentos e recursos visando à geração de valor tecnológico e econômico.

A universidade, como geradora de conhecimento científico, ocupa posição estratégica na tríplice hélice ao transferir saberes e tecnologias para o setor produtivo. A Lei do Bem incentiva a aproximação entre academia e indústria, mas os resultados dessa política pública são mais expressivos quando há intermediação institucional eficaz, como a promovida pelos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e parques tecnológicos. Esses ambientes representam espaços concretos da hélice onde se manifestam os fluxos de conhecimento, capital intelectual e soluções aplicadas. No entanto, conforme destaca Giolo Junior (2020), ainda são necessárias políticas que incentivem a atuação mais ativa das universidades na interface com o mercado, promovendo, inclusive, a formação de capital humano alinhado às demandas tecnológicas do setor empresarial.

Do lado das empresas, a disposição em investir em P,D&I tem aumentado, sobretudo entre grandes corporações. Porém, o envolvimento das pequenas e médias empresas permanece limitado devido a barreiras estruturais e burocráticas que dificultam o acesso aos incentivos da Lei do Bem. A tríplice hélice reforça que o setor empresarial deve assumir papel mais propositivo na construção de parcerias com a academia, contribuindo com demandas reais, investimentos direcionados e ambientes de experimentação tecnológica. Ao mesmo tempo, cabe ao governo facilitar esse processo por meio de políticas públicas mais acessíveis, transparentes e integradas, promovendo marcos regulatórios que favoreçam a inovação colaborativa.

Por fim, a aplicação bem-sucedida da Lei do Bem à luz da tríplice hélice exige governança multinível, com instâncias de articulação interinstitucional que promovam a integração entre atores locais, regionais e nacionais do ecossistema de inovação. A ausência de coordenação entre os elos da hélice compromete a sinergia necessária para transformar incentivos fiscais em resultados concretos de inovação. Assim, o aperfeiçoamento da Lei deve incluir mecanismos de avaliação baseados na contribuição efetiva de cada ator, além de fomentar ambientes colaborativos e plataformas digitais que conectem universidades, empresas e entes públicos em projetos conjuntos. Apenas com a atuação harmoniosa desses três pilares

será possível consolidar um modelo sustentável de desenvolvimento baseado na ciência, tecnologia e inovação.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, a Lei 11.196/05, conhecida como Lei do Bem, representa um marco regulatório fundamental no incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) no Brasil, especialmente ao fomentar a cooperação entre universidades e empresas. Por meio de incentivos fiscais, a legislação tem buscado reduzir as barreiras ao investimento privado em inovação, fortalecendo a competitividade do setor produtivo e promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico.

No entanto, apesar dos avanços proporcionados, desafios significativos ainda limitam a plena efetividade da legislação. Barreiras burocráticas, dificuldades na comprovação de investimentos e a falta de padronização na interpretação dos incentivos fiscais reduzem o alcance da Lei do Bem, especialmente para pequenas e médias empresas (PMEs), que frequentemente não dispõem da estrutura necessária para acessar os benefícios oferecidos.

A adoção do paradigma da inovação aberta reforça a importância de políticas que incentivem a interconectividade entre academia e setor produtivo, facilitando o compartilhamento de conhecimento e impulsionando a criação de tecnologias disruptivas. Nesse contexto, instrumentos como os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), parques tecnológicos e programas de transferência de tecnologia desempenham um papel essencial na mediação entre os diferentes atores do ecossistema de inovação.

Diante desse cenário, a revisão e aprimoramento da Lei do Bem se mostram essenciais para ampliar sua efetividade. Medidas como a simplificação dos trâmites administrativos, a ampliação dos incentivos para PMEs e o fortalecimento de mecanismos institucionais de cooperação universidade-empresa podem contribuir para a consolidação de um ambiente mais dinâmico e favorável à inovação. Dessa forma, a política de incentivos à inovação no Brasil pode se tornar um vetor ainda mais eficiente de desenvolvimento econômico e tecnológico, fortalecendo a competitividade do país no cenário global.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. *Dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). **Livro Verde: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional**. Brasília: MCTI, 2001.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política**. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 1, n. 2, p. 405-428, 2002.

CHAVES, Renata; SOUZA, Carlos A.; PEREIRA, Mariana L. **Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) como agentes de promoção do desenvolvimento regional**. *Revista de Política Científica e Tecnológica*, Brasília, v. 5, n. 3, p. 45-67, 2018.

CHESBROUGH, Henry. **Open Innovation: The New Imperative for Creating and Profiting from Technology**. Boston: Harvard Business School Press, 2003.

CONFAP; FAPESP. **Panorama da inovação no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2019.

FREITAS, Hugo dos Santos. **A Lei do Bem e seu impacto na inovação tecnológica brasileira**. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 137-156, abr./jun. 2020.

GIOLO JUNIOR; Cildo. SARAIVA; José Sérgio. **A Adoção Teoria da Tríplice Hélice como Política Pública**. Disponível: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revdir/article/view/18893>.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. **Política de inovação e desenvolvimento: sistemas de inovação e arranjos produtivos locais**. Rio de Janeiro: Finep, 2005.

LEITE, Bruna A. **Políticas públicas e inovação sustentável: desafios da Lei do Bem**. *Cadernos de Prospecção*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 89-112, 2017.

MORRIS, M. H.; KURATKO, D. F.; COVIN, J. G. **Corporate entrepreneurship & innovation**. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 35, n. 2, p. 303-327, 2011.

OLIVEIRA, Fábio Marques; LIMA, Eduardo de. **Gestão de propriedade intelectual e modelos de colaboração universidade-empresa**. *Revista de Propriedade Intelectual*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2019.